

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 33

Data: 21 de Novembro de 1981

Pg.: 36

Carajás: arrendamento livre para estrangeiros

Das sucursais

Estrangeiros poderão arrendar terras na área do Programa Grande Carajás, segundo decisão tomada ontem em Brasília na segunda reunião do Conselho Interministerial do Programa, presidida pelo ministro Delfim Netto. Foi aprovado o envio de sugestão ao presidente Figueiredo para permitir os arrendamentos na região, por 30 anos, que poderão ser prorrogados, e a justificativa, segundo o secretário-executivo do Conselho, Ozlel Carneiro, é para que se preserve o patrimônio da União e se evite que o preço da terra inviabilize o projeto. Serão respeitadas as situações já existentes na região.

Foi também aprovada a inclusão do Projeto São Luís — alumínio — no regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros, e ainda o da Construtora Camargo Corrêa — exploração de manganês — sendo que esta terá que reaplicar o seu lucro no projeto. Os incentivos consistem na isenção de Imposto de Renda por 10 anos, na isenção de ICM e IPI na aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Foi negado o pedido de dispensa de congelamento, no Banco Central, de empréstimos tomados no Exterior, assim como o abatimento dos juros desses empréstimos no Imposto de Renda.

O projeto São Luís prevê a produção de 100 mil toneladas de alumínio puro e 500 mil toneladas de alumina, a começar em 1984. Se ampliada, essa produção poderá chegar a 300 mil toneladas/ano de alumínio e 3 milhões de toneladas de alumina/ano. O custo do projeto é de 1,5 bilhão de dólares, a preços de hoje. Serão aplicados US\$

377,7 milhões em equipamentos nacionais e US\$ 79,2 milhões em estrangeiros.

Foi também definitiva a incorporação dos municípios cortados pelo paralelo 8 em Goiás, onde serão incluídos os municípios de Colina de Goiás, Colméia, Filadélfia, Goiandara e Itaporã; no Maranhão, Balsas, Carolina, Riacho e Tasso Fragoso; no Pará, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu.

Foi aprovado estudo do Getat (Grupo Executivo de Terras Araguaia/Tocantins) referente à concessão de terras da União à Companhia Vale do Rio Doce nas áreas próximas às minas, numa área de aproximadamente 400 mil hectares. Também neste caso serão respeitados os direitos de quem estiver nas terras. O estudo será submetido à aprovação do Senado, pois os módulos são superiores a 3 mil hectares.

FINANCIAMENTO À VALE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE aprovou financiamento de Cr\$ 5 bilhões, 670 milhões e 246 mil para o plano quinquenal de prospecção geológica da Companhia Vale do Rio Doce, que tem por objetivo a execução de um programa de prospecção mineral, especialmente de metais não-ferrosos, como cobre, chumbo, zinco, estanho e ouro. O plano, elaborado para o período 1980/84 tem como prioridade a pesquisa do cobre na Amazônia, em especial na região de Carajás.

O financiamento aprovado pelo BNDE representa 60% dos recursos a serem aplicados no plano quinquenal da Vale, cujo investimento total é da ordem de Cr\$ 9 bilhões, 450 milhões. A Vale garantirá 40% dos investimentos, ou seja Cr\$ 3 bilhões, 780 milhões e 120 mil. Na Amazônia, serão aplicados Cr\$

6 bilhões, 920 milhões e 679 mil (73% do total), enquanto Cr\$ 1 bilhão, 256 milhões e 328 mil serão destinados a pesquisas na região Centro-Oeste (13%), e Cr\$ 1 bilhão, 273 milhões e 358 mil na região Leste (13%).

O plano quinquenal de prospecção geológica será desenvolvido pela Docegeo, subsidiária da Vale, e inclui os seguintes projetos: Aquiri, no Estado do Pará, que se estende em uma área de 270 km por 180 km na faixa Araguaia-Xingu, englobando a região de Carajás, Santa Luz, na Bahia, Gradaus, no sul do Pará, e Pindorama, na região Centro-Oeste, principalmente no Estado de Goiás.

O projeto Aquiri objetiva fundamentalmente a descoberta de jazidas de cobre, especialmente na região de Carajás, e conta com a participação do Departamento de Pesquisas Tecnológicas da Vale, do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia e do Centro de Tecnologia Mineral do Rio de Janeiro. As pesquisas tecnológicas dos minérios das jazidas, em estudos há dois anos, já revelam resultados bastantes favoráveis. A produção de cobre na área será destinada ao abastecimento da fábrica (metalúrgica) da Carajás Metais, em implantação em Camaçari, na Bahia.

O projeto Santa Luz, na Bahia, visa a detectar jazidas de ouro, cobre, chumbo, zinco, níquel e cromo. Os trabalhos já efetuados permitem indicar, segundo os técnicos, a ocorrência de importante depósito de ouro. O projeto Gradaus garante a continuação dos trabalhos de prospecção da Docegeo na área do antigo projeto Andorinhas, iniciado em 1973, e que objetivava pesquisa do cobre, chumbo e zinco.